



Envolver o mundo com a Economia Solidária

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T979e Tygel, Daniel
Envolver o mundo com a economia solidária [braile] / Daniel Tygel. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.
51 p. em braile (Série Trilhas da Inclusão; caderno 1)

ISBN 978-85-397-0984-7

1. Economia social. 2. Sustentabilidade. 3. Cooperativismo.
4. Solidariedade. 5. Justiça social. I. Título. II. Série.

CDD 23. ed. 334

Agradecimentos

“A cegueira também é isto, viver num mundo onde se tenha acabado a esperança.”

José Saramago

Agradecemos aqui a todas as pessoas que, no seu fazer, têm nos ajudado a cumprir a profecia do mestre Dom Ivo Lorscheiter aos movimentos sociais brasileiros, que nos dizia: “Vai e envolve o mundo na esperança!”. Essa esperança é aquela do verbo esperar, que quer dizer ação, movimento, que nos leva a defender os direitos humanos e construir um modo justo, ético e solidário de ser e estar no mundo.

A valiosa contribuição de vocês nos despertou para ampliar o acesso às informações e conteúdos sobre

Economia Solidária às pessoas que até o presente momento não conseguiram acessar, nos levando a criar esta série em linguagem inclusiva.

Queremos agradecer às quatro experiências de Cooperativismo Social da Região Sudeste que toparam participar desta publicação, “Trilhas da Inclusão”, que vocês vão conhecer nas próximas páginas.

Nossos agradecimentos a Roberto Marinho e Valmor Schiochet, companheiros valiosos do movimento de Economia Solidária, que leram com dedicação os textos e teceram suas contribuições.

Por último, mas com igual importância, registramos o nosso agradecimento aos queridos Irmãos Maristas da Província Marista Brasil Centro-Norte, herdeiros do sonho de Marcelino Champagnat, que com sua

generosidade colocaram a instituição a serviço da vida, na luta pelos direitos humanos, na promoção da Economia Solidária e na gestão dessa parceria.

A todos vocês, que tenhamos a certeza: continuaremos nos encontrando na militância do movimento de Economia Solidária e defendendo a democracia e o direito ao trabalho associado no nosso país.

Shirlei A. A. Silva
Diretora do IMS

Envolver o Mundo com a Economia Solidária

Sumário

Agradecimentos	1
Apresentação	6
O que é Economia Solidária?	12
Empreendimentos de Economia Solidária.....	17
Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento.....	19
Políticas Públicas de Economia Solidária.....	19
Economia Solidária no Brasil.....	22
Empreendimentos de Economia Solidária – EES	23
Ligas ou Uniões de EES.....	24
Entidades de Apoio e Fomento	24
Instâncias de Políticas Públicas de Economia Solidária.....	25
Espaços de articulação e organização da Economia Solidária	25

Orientações do Movimento	
Nacional de Economia Solidária ..	29
Sustentabilidade	30
Autogestão e autonomia	31
Economia Popular	34
Emancipação econômica e política dos Empreendimentos de Economia Solidária	36
Território e Territorialidade	39
Diversidades	43
Cidadania, organização da sociedade, relação entre o movimento de Economia Solidária e o Estado	44
Bibliografia	48

Apresentação

É com muita alegria que apresentamos a publicação Trilhas da Inclusão “Envolver o mundo com a Economia Solidária”, que traz boas notícias e ideias que nos encham de esperança. Todos os dias, somos alertados e vamos tomando consciência do quanto o mundo está ficando insustentável. Assim, reveste-se de especial importância neste momento, mais do que nunca, pensar e construir alternativas para transformar a realidade em que vivemos.

A acelerada destruição da natureza, que causa desequilíbrios ecológicos no nosso planeta e permanentes desigualdades sociais, demonstra que o modelo de desenvolvimento capitalista está

conduzindo a humanidade a riscos que podem, em um futuro não muito distante, inviabilizar a vida na Terra. Tudo isso em nome da valorização do capital em detrimento do trabalho, com a concentração privada, para alguns poucos, da riqueza que é socialmente produzida. “A riqueza acumulada pelo 1% mais abastado da população mundial equivale à riqueza dos 99% restantes”. Mais grave ainda é o fato de que, num mundo com mais de 7 bilhões de habitantes, “as 62 pessoas mais ricas têm o mesmo em riqueza que toda a metade mais pobre da população global”¹.

No Brasil, após mais de uma década de avanços nos indicadores sociais, com melhorias nas condições de vida da parcela mais pobre da população, vivemos um contexto

¹ Estudo realizado em 2016 pela Oxfam, organização da sociedade civil da Inglaterra. Publicado em http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160118_riqueza_estudo_oxfam_fn. Acesso em 14/3/2017.



adverso, marcado por ameaças contra os direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, arduamente conquistados ao longo da nossa história pelos trabalhadores e trabalhadoras, que promovem o desenvolvimento do país e que são penalizados para beneficiar a elite nacional e estrangeira.

Tomamos como ponto de partida que nem sempre foi assim e não tem que ser necessariamente assim! A humanidade já experimentou formas de organização econômica em que os meios de produção eram propriedades comuns, as atividades produtivas eram organizadas e realizadas coletivamente e os resultados do trabalho eram compartilhados por todos. A produção e a reprodução das condições de vida eram orientadas para a satisfação das necessidades da

comunidade, numa relação harmoniosa com a natureza. Não se trata de voltar no tempo, mas de construir outro futuro para a humanidade, recuperando essas práticas e valores de uma Economia Solidária.

Esta publicação trata da necessidade de uma atitude crítica frente ao modelo de desenvolvimento que produz riquezas gerando miséria, subordinando e explorando o trabalho e a natureza. Aprendemos aqui que é possível e necessário fortalecer a Economia Solidária, tendo por orientação valores não mercantis, como solidariedade, cooperação e democracia. Uma outra economia, que já existe, que tem base real e é vivenciada por milhares de pessoas, organizações sociais e econômicas em todo o mundo, que valoriza os

sistemas produtivos sustentáveis, as estratégias inovadoras de organização do trabalho, as formas de comercialização justa e de consumo ético e responsável dos produtos e serviços.

No Brasil, a Economia Solidária é praticada por milhões de trabalhadoras e trabalhadores organizados de forma coletiva em empreendimentos solidários na luta pela emancipação e pela reprodução ampliada da vida nos setores populares, conforme ressalta o texto.

Considerando essa realidade, o nosso querido mestre Paul Singer afirma que a Economia Solidária significa também um resgate de homens e mulheres que são todos os dias descartados pela sociedade do capital. A partir das iniciativas econômicas solidárias, os pobres

assumem a condição de sujeitos da transformação social que possibilita o resgate da humanidade!

Boa leitura e muita força na luta.

Roberto Marinho Alves da Silva
Professor da UFRN – Universidade
Federal do Rio Grande do Norte

O que é Economia Solidária?

A Economia Solidária pode ser definida em três dimensões:

- Economicamente é um jeito de fazer a atividade econômica de produção, oferta de serviços, comercialização, finanças ou consumo baseado na democracia e na cooperação, o que chamamos de autogestão, ou seja, na Economia Solidária não existe patrão nem empregados, pois todos(as) os(as) integrantes do empreendimento (associação, cooperativa ou grupo) são ao mesmo tempo trabalhadores e donos.
- Culturalmente é também um jeito de estar no mundo e de consumir (em casa, em eventos ou no trabalho) produtos locais, saudáveis, da Economia Solidária,

que não afetem o meio ambiente, que não tenham transgênicos nem beneficiem grandes empresas. Nesse aspecto, também simbólico e de valores, estamos nos referindo a mudar o paradigma da competição para o da cooperação da inteligência coletiva, livre e partilhada.

☞ Politicamente é um movimento social que luta pela mudança da sociedade, por uma forma diferente de desenvolvimento que não seja baseada nas grandes empresas nem nos latifúndios com seus proprietários e acionistas, mas sim um desenvolvimento para as pessoas e construído pela população a partir dos valores da solidariedade, da democracia, da cooperação, da preservação ambiental e dos direitos humanos.

A Economia Solidária é praticada por milhões de trabalhadoras e trabalhadores de todos os estratos, incluindo a população mais excluída e vulnerável, organizados de forma coletiva, gerindo seu próprio trabalho, lutando pela sua emancipação em milhares de empreendimentos de Economia Solidária e garantindo, assim, a reprodução ampliada da vida nos setores populares.

São iniciativas de projetos produtivos coletivos, cooperativas de coleta e reciclagem de materiais recicláveis, de prestação de serviços, de agricultura familiar e agroecologia, redes de produção, comercialização e consumo, instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários, empresas autogestionárias, entre outras, que dinamizam as economias locais e

garantem trabalho digno e renda às famílias envolvidas, além de promover a preservação ambiental.

Nesse conjunto de atividades e formas de organização destacam-se quatro importantes características:

- Cooperação: Existência de interesses e objetivos comuns, união dos esforços e capacidades, propriedade coletiva parcial ou total de bens, partilha dos resultados e responsabilidade solidária diante das dificuldades.
- Autogestão: Exercício de práticas participativas de autogestão nos processos de trabalho, nas definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, na direção e coordenação das ações nos seus diversos graus de interesses.
- Atividade Econômica: Agregação de esforços, recursos e

conhecimentos para viabilizar as iniciativas coletivas de produção, prestação de serviços, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo.

☞ Solidariedade: Preocupação permanente com a justa distribuição dos resultados e a melhoria das condições de vida de participantes. Comprometimento com o meio ambiente saudável e com a comunidade, com movimentos emancipatórios e com o bem-estar de trabalhadoras(es) e consumidoras(es).

A Economia Solidária também se expressa em organização e conscientização sobre o consumo responsável, fortalecendo relações entre campo e cidade, entre produtores e consumidores, e permitindo uma ação mais crítica e

proativa dos consumidores sobre qualidade de vida, de alimentação e interesse sobre os rumos do desenvolvimento relacionados à atividade econômica.

Empreendimentos de Economia Solidária

Considerando as características vistas anteriormente, os Empreendimentos de Economia Solidária compreendem as organizações:

- a) coletivas, organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, redes e centrais, etc.;
- b) cujos participantes ou sócios(as) são trabalhadores(as) dos meios urbanos e rurais que exercem

coletivamente a gestão de atividades, assim como a alocação dos resultados;

c) permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e aqueles que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas;

d) com diversos graus de formalização, prevalecendo a existência real sobre o registro legal e;

e) que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de

insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário.

Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento

As Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária são aquelas organizações que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto junto aos Empreendimentos de Economia Solidária, tais como capacitação, assessoria, incubação, assessoria técnica e organizativa e acompanhamento.

Políticas Públicas de Economia Solidária

São consideradas Políticas Públicas de Economia Solidária aquelas ações, projetos ou programas que são desenvolvidos ou realizados por órgãos da administração direta e indireta das esferas municipal,

estadual ou federal com o objetivo de fortalecimento da Economia Solidária. Os beneficiários diretos dessas políticas são trabalhadores(as) e/ou sócios(as) de Empreendimentos de Economia Solidária (EES), considerando-se tanto os que já estão constituídos quanto os que estão em processo de constituição.

As ações de Políticas Públicas em Economia Solidária podem ser caracterizadas como de:

- a) Incubação, fomento e apoio
- b) Formação, qualificação e capacitação
- c) Assessoria técnica
- d) Finanças solidárias e acesso a crédito
- e) Apoio à organização da comercialização
- f) Acesso a pesquisas e tecnologias sociais

g) Marcos regulatórios apropriados à Economia Solidária (reconhecimento, formalização, tributação e acesso às políticas públicas)

h) Comunicação, campanhas

i) Fortalecimento de fóruns e redes de Economia Solidária

As Políticas Públicas de Economia Solidária são institucionalizadas por meio de instrumentos, tais como:

☞ Previsão em marco jurídico regulatório (lei, decreto, portaria, etc.).

☞ Previsão de programa ou ação em Plano Plurianual (federal, estadual ou municipal)

ou

☞ Previsão em estrutura regimental de órgão(s) público(s) executor(es) da Política Pública de Economia Solidária.

☞ Conselhos e outros espaços de formulação, participação e controle social de Políticas Públicas de Economia Solidária.

É necessário que essas ações possuam previsão ou dotação orçamentária própria ou oriunda de financiamentos, acordos e convênios com outras instâncias governamentais, organismos multilaterais e outras organizações nacionais e internacionais.

Economia Solidária no Brasil

O campo da Economia Solidária no Brasil vem se consolidando ao longo dos últimos anos e compreende atores das mais diversas naturezas. A seguir, um resumo com os principais segmentos e suas características:

Empreendimentos de Economia Solidária – EES

Conforme vimos anteriormente, os EES são organizações que realizam, de acordo com o conceito do SIES, as seguintes atividades:

- Troca de produtos e serviços (clubes de troca, redes solidárias, etc.)
- Produção (associações, grupos de produção, cooperativas populares, empresas recuperadas, etc.)
- Comercialização ou organização para a comercialização (centrais de comercialização, lojas, feiras, etc.)
- Prestação de serviços (associações, grupos de produção, cooperativas populares, empresas recuperadas, etc.)
- Poupança, crédito ou finanças solidárias (fundos solidários, cooperativas de crédito, bancos

comunitários, bancos de trocas solidárias, fundos solidários, etc.)

- ☞ Consumo ou uso coletivo de bens e/ou serviços (cooperativas, grupos de consumo responsável, CSAs – agricultura sustentada pela comunidade, EES de beneficiamento, fundos de pasto, etc.)

Ligas ou Uniões de EES

São organizações de diferentes origens ou ramos da Economia Solidária que articulam e representam EES. Algumas dessas organizações assumem a representação de EES em espaços de articulação do movimento e deste com as instâncias governamentais.

Entidades de Apoio e Fomento

São entidades que desenvolvem ações de apoio em diversas modalidades (capacitação, assessoria,

incubação, assessoria técnica, entre outras) diretamente aos EES. Essas organizações têm diversas origens e naturezas: igrejas e pastorais sociais; incubadoras universitárias de Economia Solidária; organizações ligadas ao movimento sindical; ONGs e OSCIPs, entre outras.

Instâncias de Políticas Públicas de Economia Solidária

São instâncias ligadas a órgãos da administração pública municipal, estadual ou federal (direta e indireta) que desenvolvem ações, projetos ou programas com objetivo de promover o fortalecimento da Economia Solidária.

Espaços de articulação e organização da Economia Solidária

Diversos espaços foram criados no intuito de fortalecer a articulação dos

atores do campo da Economia Solidária tanto no âmbito da sociedade civil quanto do poder público. Alguns desses espaços são destacados a seguir:

☞ Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) – é um instrumento do movimento da Economia Solidária, um espaço de articulação e diálogo entre diversos atores e movimentos sociais pela construção da Economia Solidária como base fundamental de outro desenvolvimento socioeconômico para o Brasil. São hoje mais de 160 fóruns microrregionais, municipais e estaduais em todo o país, em que participam mais de 3.000 empreendimentos solidários, 500 entidades de assessoria e 200 gestores municipais e estaduais. Fazem parte do FBES, entre outras

entidades e redes locais e estaduais, a Unicafes, a Cáritas Brasileira, a Rede de Gestores de Políticas Públicas de ES, a Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, a Rede Unitrabalho e o Instituto Marista de Solidariedade.

- ☞ Conselhos de Economia Solidária – Além do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), que envolve representação de todos os atores citados anteriormente, diversos governos municipais e estaduais estão implantando Conselhos de Economia Solidária.
- ☞ Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária – Rede formada por gestores e gestoras governamentais de políticas públicas municipais e estaduais para articulação e

intercâmbio de conhecimentos e de experiências para o fortalecimento das políticas públicas de Economia Solidária. A Rede de Gestores participa dos Fóruns de Economia Solidária, do Conselho Nacional de Economia Solidária e de diversos Conselhos estaduais e municipais.

Outros espaços de articulação:

- ☞ Fórum de Articulação do Comércio Ético e Solidário (Faces do Brasil) – Organização que conta com a participação de diversas EAF da Economia Solidária, além de uniões de EES como a Unicafes e a Unisol Brasil.
- ☞ Frentes Parlamentares – Organizadas em âmbito nacional e em diversos estados e municípios, reúnem parlamentares interessados no fortalecimento da Economia Solidária.

- ☞ Setoriais de Economia Solidária – Organizados no âmbito de partidos políticos, visam garantir a presença da Economia Solidária nos programas de governo formulados.

Orientações do Movimento

Nacional de Economia Solidária

Para contribuir nas lutas de diversos movimentos sociais pela superação do capitalismo que exclui as pessoas e destrói os recursos naturais, o movimento de Economia Solidária deve atuar em três frentes: no fortalecimento econômico das iniciativas de Economia Solidária, na sua articulação em redes de colaboração solidária e na sua organização política pautada por princípios e valores firmes e consistentes para resistir e propor alternativas.

É por isso que o Fórum Brasileiro de Economia Solidária organiza, periodicamente, as Plenárias Nacionais, momentos em que milhares de pessoas representando empreendimentos, entidades de assessoria e gestores públicos de todo o Brasil se encontram para pensar os rumos do movimento. Segundo a V Plenária Nacional de Economia Solidária, realizada em 2012, foram definidas orientações políticas e orientações para as ações do movimento, que apresentamos aqui.

Sustentabilidade

O atual modelo de desenvolvimento dominante no Brasil para o enfrentamento da crise econômica é o de incentivo ao endividamento e ao consumismo e, portanto, não representa os anseios e as necessidades de uma sociedade

sustentável. A Economia Solidária no Brasil, por sua vez, está criando um novo modelo de desenvolvimento territorial, sustentável, solidário e voltado ao bem viver de toda a população, identificando-se assim como um movimento político, econômico e social que fortalece e valoriza a cultura local, respeitando a diversidade e o meio ambiente.

Em contraposição ao capitalismo, é necessário buscarmos a superação das desigualdades sociais, econômicas e políticas, construindo uma sociedade mais justa e igualitária. Isso se traduz na prática pela busca da igualdade e boas condições de vida para todas(os) na sociedade.

Autogestão e autonomia

A Economia Solidária fundamenta-se no trabalho em cooperação, que se traduz em diferentes formas de

organização, em especial o associativismo e cooperativismo, utilizando como princípio a autogestão, processo fundamental para todos os grupos e organizações que trabalham de maneira associada, e preconizando o entendimento do trabalho como um meio de libertação humana dentro de um processo de democratização econômica, criando uma alternativa à dimensão alienante e assalariada das relações do trabalho capitalista. E isso só é possível com a autogestão vivida por todas(os) que a praticam.

Na vivência da autogestão, sentimos bem-estar pessoal, respeitando o próximo no coletivo dentro dos princípios da Economia Solidária. Ela expressa o entendimento de que gestão participativa é um processo de

trabalhar no coletivo, mudando de postura, respeitando a opinião de todas(os), sem ter um(a) que decide e outro(a) que obedece. Na construção da autonomia das mulheres, a autogestão pode nos levar a práticas de igualdade, garantindo às mulheres espaços de decisão e representação política.

As práticas e experiências autogestionárias devem estar presentes nos encontros locais/regionais, pois a riqueza da experiência serve como modelo de reflexão, criando ao mesmo tempo padrões de referência para os demais empreendimentos de Economia Solidária. Para construir uma sociedade autogestionária, precisamos trabalhar unidas(os), com ética e responsabilidade, buscando a autogestão nos fóruns, levando a

discussão para dentro das comunidades, exercitando o enraizamento das nossas ações na prática de nossas comunidades.

Economia Popular

O Movimento de Economia Solidária precisa dedicar mais atenção à relação com a economia popular, pensando e organizando um projeto coletivo que possa trazer mais empreendedoras(es) individuais para conhecer e fortalecer o projeto político da Economia Solidária. Precisamos ter estratégias para não criminalizar essas(es) trabalhadoras(es) e ao mesmo tempo diminuir as artimanhas políticas e técnicas do sistema.

Precisamos quebrar o paradigma cultural, social e partidário que fortalece o(a) empreendedor(a) individual. É importante promover atividades educativas que permitam o

conhecimento dos direitos e deveres, fortalecendo os grupos através de encontros, seminários, conferências e congressos para fundamentar-se diante das artimanhas do sistema dominante, organizando-se com movimentos sociais, fóruns e debates, e não consumindo os produtos do sistema capitalista.

Devemos ter uma relação ativa com os empreendimentos da Economia Popular, expondo os pontos críticos das “facilidades” do empreendedorismo, conscientizando e também apresentando os resultados obtidos através da Economia Solidária, através de formação política, ideológica e social para inclusão na Economia Solidária, incorporando a economia popular aos processos e esclarecendo que a Economia Solidária é diferente das

demais formas de economia, com as vantagens em trabalhar de forma coletiva.

Emancipação econômica e política dos Empreendimentos de Economia Solidária

Construir a Economia Solidária em um contexto de hegemonia capitalista é sempre um desafio que pode, por um lado, nos levar à construção de formas de trabalho e produção para a vida mais justas e menos opressoras, ou nos levar a experiências de geração de renda dependentes da lógica do capital, o que representa necessariamente um limite à autonomia dos empreendimentos solidários.

A plena vivência da Economia Solidária na forma de nos organizarmos economicamente está relacionada com avançarmos cada vez

mais em espaços regidos pela solidariedade, cooperação, bem viver e autogestão.

Enquanto lutamos para consolidar mercados econômicos solidários, ainda temos que nos relacionar com o mercado capitalista. Entretanto, essa relação deve se dar de forma consciente, rompendo com os processos de acomodação, aceitação e passividade. Sair desse mercado capitalista é criar um mercado próprio, preocupando-se com o preço justo, sem destruir a natureza, mas usando o que a natureza dispõe gratuitamente, preocupando-se em repor à natureza o que dela retiramos.

Para construirmos na prática essa emancipação, é necessário ter uma leitura real da sociedade para eleger prioridades: produzir para quem e

para quê? Por isso, precisamos ser criativos na (re)invenção do mercado, porque o mercado existente hoje não oferece as condições para os empreendimentos solidários, cuja lógica não é de grande escala, mas é carregada de forte sentido cultural, ligada aos povos e comunidades que a praticam. Como tornar os nossos empreendimentos sustentáveis economicamente? Temos muitos caminhos: um deles é pensar em produzir o que precisamos, para nós mesmos (redes e cadeias produtivas).

Temos que nos contrapor ao capitalismo para viver em sociedade de forma diferente. A emancipação só acontecerá quando iniciarmos uma articulação, discutirmos nossas necessidades: grupos de agricultoras(es), produtoras(es), artesãs(ãos), cooperativas de

serviços, enfim, todas(os) as(os) que fazem a Economia Solidária no bairro, na comunidade, na cidade, no estado, no país.

Precisamos reforçar a nossa estratégia de articulações em redes e cadeias de produção, comercialização e consumo em nível local, territorial e estadual, através da organização de grupos para consumo responsável, estimulando as articulações para compras coletivas. Ou, ainda, da promoção de eventos e feiras de trocas, resgatando práticas de trabalho em mutirão, trocas de mercadorias e moedas sociais.

Território e Territorialidade

Para a Economia Solidária, o território é um espaço físico no qual se articulam ações em prol dos nossos valores e princípios. É o espaço em que ocorrem as relações sociais,

potencializando o que é comum, respeitando as diferenças e construindo, a partir do diálogo, o sentimento de pertencimento e laços de identidade. Dessa maneira, cada território carrega as peculiaridades de sua região de abrangência, expressando assim uma identidade.

Nos territórios que estamos construindo, é central a clareza de nossa identidade, de saber quem são os nossos parceiros e nossas estratégias, assim como quem são nossos adversários e seus mecanismos de manutenção e poder.

Para fortalecer nossa identidade no território, é fundamental aliarmos dois movimentos. O primeiro tem como foco gerar o reconhecimento a partir da vivência, do cotidiano e da cultura locais. Nesse sentido, é necessário fazer um resgate da história e das

tradições locais, encontrando e trabalhando os elementos que possam servir de referência. O segundo movimento é buscarmos estratégias para a criação de identidade dos atores desse território com os princípios e valores da Economia Solidária.

Temos que organizar estratégias para identificar e buscar nos territórios os potenciais aliados, no esforço de trazê-los para a nossa pauta e, ainda, tornar a Economia Solidária mais visível e com pautas mais explícitas, esclarecendo nossa proposta para a sociedade e apostando que isso pode gerar identificação e um processo de adesão espontânea. Ao buscar os atores e movimentos sociais, podemos recorrer à realização de mapeamentos nos territórios ou recorrer a mapeamentos

já existentes que apontem de alguma maneira a existência de debates que dialogam com nossas pautas, como a defesa da vida e de direitos, ou que viabilizem a realização de parcerias locais para pensar as relações econômicas com os nossos princípios no território.

As estratégias de articulação desses atores com a nossa luta e criação de espaços de diálogos e convergências pode se dar de várias formas e em vários níveis, desde a tentativa de integrá-los à dinâmica dos fóruns ou partindo da formação de redes até a proposição de estratégias que, embora não incorporem esses atores nas nossas instâncias, busquem identificar, dinamizar e criar os projetos comuns entre os diversos grupos pertencentes ao território, fazer manifestações em busca de

nossos direitos e avançar rumo ao nosso projeto de sociedade.

Diversidades

A sociedade capitalista estrutura-se em processos de desapropriação do trabalho em suas mais diferentes perspectivas. Essa desapropriação para se organizar e se consolidar exige outras estruturas de desigualdade e exclusão. Assim raça, gênero, geração, orientação e expressão sexual, pessoas com deficiência, povos e comunidades tradicionais tornam-se marcas de diferenciação e hierarquização.

A Economia Solidária pode contribuir na luta feminista e racial, à medida que cria condições de desnaturalizar a separação de público e privado, produtivo e reprodutivo – desconstruindo a divisão sexual do trabalho; recolocando o olhar para o

trabalho do cuidado das pessoas como uma esfera mantenedora e relacionada ao mundo produtivo. A presença do feminismo no movimento de construção da Economia Solidária é determinante para estabelecer, de fato, outra economia com base na igualdade e autonomia de seus sujeitos.

O reconhecimento das diversidades pela Economia Solidária também significa afirmar os setores historicamente marginalizados na sociedade, tais como negras e negros, comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas, pessoas com diferentes orientações sexuais, distintas gerações, pessoas com deficiência, que se encontram presentes nas organizações da Economia Solidária.

Cidadania, organização da sociedade, relação entre o

movimento de Economia Solidária e o Estado

O movimento precisa avançar na conscientização da sociedade para que a população entenda o que é Economia Solidária. Muitos fazem, usam, praticam a Economia Solidária, mas não sabem que a estão praticando. O público da Economia Solidária é muito maior do que podemos imaginar. E, portanto, essa aproximação deve avançar de diversas maneiras, acolhendo os grupos/pessoas que vivem dessas práticas para torná-las cidadãs e engajá-las no movimento.

No aspecto interno, temos que buscar uma melhor organização e o fortalecimento político dos fóruns, desde o local, estadual e nacional, e ainda estimular a criação de novos, ampliando a identidade do movimento

de Economia Solidária e respaldando os fóruns enquanto instância política. Devemos, para isso, estimular e valorizar os meios de afirmação da Economia Solidária como movimento social contra o capitalismo, com unidade de luta.

Ainda não há políticas públicas permanentes e consolidadas para a Economia Solidária, apenas alguns programas e ações marginais, pulverizados na estrutura de Estado. Essa situação precisa mudar para que as ações sejam direitos e não dependam do governo que esteja no poder e, ainda, que as legislações existentes sejam colocadas em prática. Para isso, o movimento precisa estar organizado, intensificando e qualificando suas intervenções através dos fóruns, conselhos e da participação popular

(audiências públicas, intercâmbios entre empreendimentos, etc.).

A conjuntura está desfavorável para termos força para efetivar nossas proposições ao Estado, nas diferentes esferas de governo, pois o estado brasileiro se desenvolve de forma desigual e classista.

Considerando que a Economia Solidária é uma forma de transição ao socialismo, é necessário aglutinar todos os movimentos sociais (sindical, popular, estudantil, urbano e rural), sem sectarismos, no sentido de buscar articulações com os diferentes setores da classe trabalhadora, na construção de diálogos e convergências para realizar agendas e mobilizações continuadas, evitando ações pontuais. É importante mapear os movimentos, conhecer o que já vem sendo feito, estabelecer diálogos

e parcerias possíveis, no intuito de somar forças junto às redes existentes.

Bibliografia

- ☞ Documento Final da V Plenária Nacional de Economia Solidária. Disponível na internet no seguinte *link*:

<http://fbes.org.br/download/documento-sintese-v-plenaria-nacional-economia-solidaria-pdf/>.

Província Marista Brasil Centro – Norte

União Brasileira de Educação e Ensino

Diretoria Geral

Ir. Ataíde José de Lima

Provincial e Diretor-Presidente

Ir. Adalberto Batista Amaral

**Vice-Provincial e Diretor-
Secretário**

Ir. José Wagner Rodrigues da Cruz

Diretor Vice-Presidente

Ir. Renato Augusto da Silva

**Ecônomo Provincial e Diretor-
Tesoureiro**

Ir. Iranilson Correia de Lima

Conselheiro Provincial e Diretor

Ir. José de Assis Elias de Brito

Conselheiro Provincial e Diretor

Ir. Joarês Pinheiro de Sousa

Conselheiro Provincial e Diretor

**Superintendência
Socioeducacional**

Dilma Alves Rodrigues
Superintendente

**Instituto Marista de Solidariedade
- IMS**

Shirlei Aparecida Almeida Silva
Diretora

Rizoneide Souza Amorim
Roseny de Almeida
Coordenação das Publicações

Daniel Tygel
Produção Textual

Arte em Movimento
**Projeto Gráfico, Diagramação,
Revisão e Capa**

Tiragem: 2 mil exemplares

www.marista.edu.br/ims

Brasília, maio de 2017.



Publicado sob licença Creative Commons - alguns direitos reservados.



ATRIBUIÇÃO

Você deve dar crédito ao autor original, da forma especificada pelo autor ou licenciante.



USO NÃO-COMERCIAL

Você não pode utilizar esta obra com finalidades comerciais.



PERMITIR A CRIAÇÃO DE OBRAS DERIVADAS

- Para cada novo uso ou distribuição, você deve deixar claro para outros os termos da licença desta obra.
- Qualquer uma destas condições podem ser renunciadas, desde que Você obtenha permissão do autor.



Rede CFES

Formação e Assessoria Técnica
Sudeste

Parceiros



Fórum Brasileiro de
**Economia
Solidária**

Realização



SUBSECRETARIA DE
ECONOMIA SOLIDÁRIA

MINISTÉRIO DO
TRABALHO

